

ALUNOS COMO MULTIPLICADORES NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA FAMILIAR E DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

STUDENTS AS MULTIPLIERS IN FIGHTING FAMILY AND DOMESTIC VIOLENCE AGAINST WOMEN

Yasmin Christine da Silva Cavalcante¹
Celi Cristina Nunes Cavalcante²

RESUMO: O presente artigo resulta de uma pesquisa realizada através do Projeto realizado pelo 1º Juizado Maria da penha, chamado “Maria vai á escola” junto com a equipe multidisciplinar do Juizado atendemos ambas as partes do processo do Maria da penha, dando foco nas mulheres que vivem em situação de violência e entrelaçado a isto, realizamos as intervenções necessárias com os homens, a fim de promover a conscientização quanto a violência doméstica. Com objetivo de analisar o papel do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. A violência contra a mulher tem sido apontada pela ONU como uma violação dos Direitos Humanos e como um problema de Saúde Pública, ou seja, como uma das principais causas de doenças das mulheres (hipertensão, angústia, depressão, sofrimento psíquico, e outras). Da mesma forma, a violência cometida contra as mulheres é considerada um dos principais entraves ao desenvolvimento de países do mundo inteiro. Portanto, a interlocução do Serviço Social com essa questão se faz necessária. Uma vez que a violência de gênero é um fenômeno social, deve ser enfrentada através de um conjunto de estratégias políticas e de intervenção social direta.

1521

Palavras-chave: 1º Juizado especializado no combate a violência doméstica e familiar contra a Mulher. projeto maria vai à escola. Serviço social.

ABSTRACT: This article is the result of a research carried out through the Project carried out by the 1st Court Maria da penha, called "Maria goes to school" together with the multidisciplinary team of the Court, we serve both parts of the Maria da penha process, focusing on women who live in situations of violence and intertwined with this, we carry out the necessary interventions with men, in order to promote awareness of domestic violence. In order to analyze the role of Social Service in the issue of violence against women. Violence against women has been identified by the UN as a violation of Human Rights and as a Public Health problem, that is, as one of the main causes of women's diseases (hypertension, anguish, depression, psychological suffering, and others). Likewise, violence against women is considered one of the main obstacles to the development of countries around the world. Therefore, the dialogue of the Social Service with this issue is necessary. Since gender violence is a social phenomenon, it must be tackled through a set of political strategies and direct social intervention.

Keywords: 1st Specialized Court in combating domestic and family violence against women. Maria Goes to School Project. Social service.

¹Discente: do curso de Serviço social. E-mail: yasminchh@hotmail.com.

² Orientadora do curso: Serviço social. Universidade Federal do Amazona – UFAM.

INTRODUÇÃO

O artigo objetiva levantar a prática do trabalho do assistente social no Tribunal de Justiça do Amazonas – TJAM, no Fórum Azarias Menescal de Vasconcelos, pela Equipe multidisciplinar do 1º Juizado ao Combate a violência doméstica e familiar contra a mulher, em relação ao projeto realizado pelo mesmo nas escolas públicas da zona norte da cidade de Manaus-AM, com o projeto “Maria vai á Escola”. Onde os profissionais e estagiários tem por objetivo realizar a conscientização dos alunos sobre a desigualdade de gênero e no quanto isso acarreta para a violência doméstica contra a mulher. Expondo como o procedimento profissional é realizado em relação à prevenção, redução e intervenção através de cartilhas e conteúdo áudio- expositivo. A luta das mulheres pela igualdade de gênero é histórica, trazendo seu ápice para a criação do Dia Internacional da Mulher.

A metodologia do artigo é bibliográfica. As fontes foram retiradas de materiais já produzidos pelo serviço social e outras áreas do conhecimento, preferencialmente registros nacionais sobre o apoio dado às mulheres vítimas de agressão e como o assistente social intervém junto a essa demanda. Como resultado, esperasse conscientizar os jovens e crianças sobre a desigualdade de gênero que se expressa pelo sexismo, pelo machismo e pela misoginia perpetrados por uma cultura patriarcal imposta pelos homens sobre as mulheres. No tecer das relações sociais, muitas vezes a dominação que marca a relação da classe dominante com as classes subalternas se perpetua dentro das relações familiares.

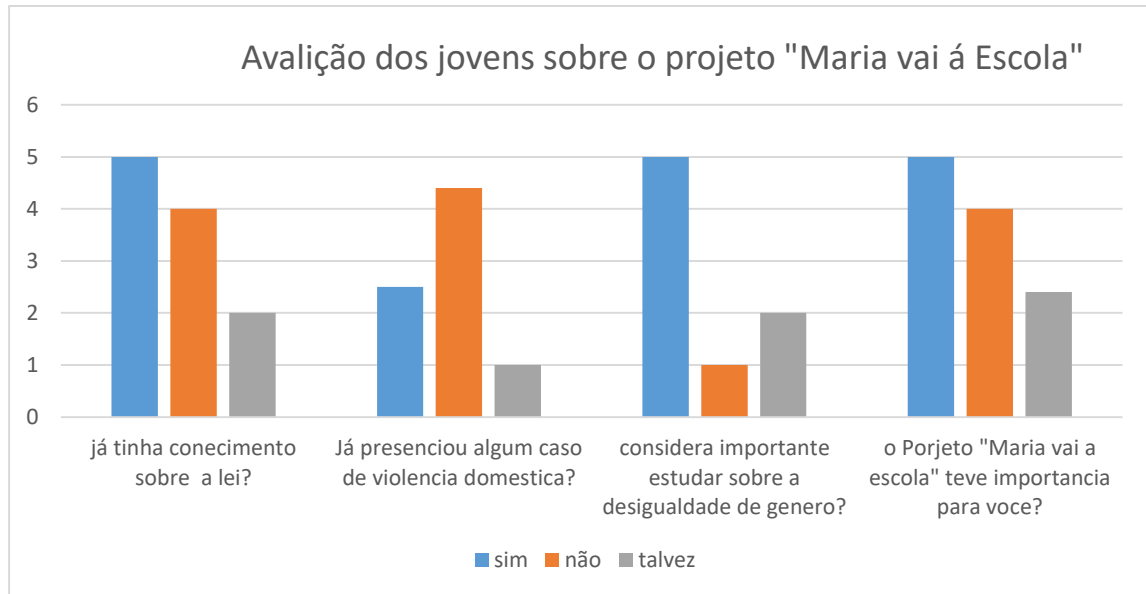
A violência doméstica contra a mulher é um fenômeno desse processo, que muitas vezes é praticada no ambiente doméstico por seu companheiro ou qualquer outro membro da sua composição familiar em diversas formas, em uma relação antagônica de poder, a mulher sofre com a disseminação da superioridade masculina que marca a natureza da ideologia dominante. Para que essa dominação seja concretizada e tenha êxito, o agressor utiliza-se de variadas formas para impor sua vontade. A violência doméstica contra a mulher é marcada pela fúria e perversidade do agressor, onde a mulher sofre um processo que por anos foi considerado natural por uma cultura historicamente patriarcal, segundo Silva (1992).

DESENVOLVIMENTO

Nos dias atuais, a violência pode ser considerada um dos maiores problemas da sociedade brasileira. Dentre as mais variadas formas de violência, destaca-se a violência doméstica contra a mulher que ocorre no seio familiar, local onde nos imaginamos seguros e

protegidos. A violência doméstica atinge, principalmente, crianças, adolescentes, mulheres e idosos, sendo que os agressores, na maioria das vezes, são os próprios familiares das vítimas. Em tempos de comemorações dos treze anos da Lei Maria da Penha, já se tornou corriqueiro falar sobre os avanços, obstáculos e os desafios ante a sua aplicação. As pesquisas de opinião e percepção da violência contra as mulheres realizadas nesta década mostram esse movimento e algumas de suas singularidades, como o rompimento com a antiga ideia de que se trata de um problema de casal, privado, íntimo, ou a importante compreensão sobre outras formas de violência que até então eram desconhecidas por grande parte da população – como a violência física, a psicológica, patrimonial, a verbal e a sexual. Referente à visibilidade adquirida pela Lei Maria da Penha, muito se deve a ações nacionais previstas no art. 8º inciso V, que trata sobre a promoção de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra as mulheres, que sejam voltadas as escolas e à sociedade em geral, além da difusão da Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos das mulheres. Portanto, o Projeto Maria vai à Escola desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) através do 1º Juizado Especializado no Combate a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, fazendo juízo ao art.8º inciso IX, que promove a inserção de debates e reflexões quanto aos direitos humanos, equidade de gênero e raça ou etnia, bem como o problema da violência doméstica e familiar contra a mulher, que valida a efetividade da ação “Maria vai à escola” como ferramenta inovadora na quebra de paradigmas sobre a violência contra a mulher, mostrando que tal violência não afeta apenas a vida individual da mulher ou de sua família, afeta a sociedade como um todo. Quando se leva em consideração que o debate promovido tem o intuito de revolucionar o modo como a sociedade enfrenta os tabus relacionados a papéis sociais e sexuais, desnaturalizando o pensamento essencialista do mundo binário, heteronormativo e patriarcal, ilustrados por Sérgio Buarque em sua análise sobre o homem cordial. Portanto, este trabalho tem por objetivo geral mostrar a ação do 1º Juizado no Projeto Maria vai à escola, realizado nos anos de 2012 e 2018, através de dados estatísticos coletados durante as palestras por instrumentais que nos proporcionam o “feedback” da recepção/captação dos alunos mediante ao assunto, ao(s) palestrante(s), aos materiais áudios visuais apresentados e a dinâmica. O procedimento metológico será realizado através de amostra de dados estatísticos, apresentados por gráficos que abordaram as avaliações registradas pelos alunos, referente à apresentação do tema - Violência Doméstica contra a Mulher, com o intuito de entender a efetivação do projeto socioeducativo através da sistematização do trabalho profissional.

Método



Dados coletos através de avaliações deixadas para os alunos responderem após a apresentação do projeto nas escolas.





Fotos registradas no ano de 2018 nas escolas públicas da Zona Norte de Manaus-AM, no “projeto Maria vai à escola” promovido pelo 1º Juizado Maria da Penha através do Tribunal de justiça do Amazonas.

CONCLUSÃO

Constata-se, mediante a tais resultados recolhidos a considerável efetivação do projeto “Maria vai á Escola”. Mediante, a palestra os alunos mostram ter mais conhecimento da lei e da desigualdade de gênero, considerando importante tal intervenção nas escolas. Como a compreensão da questão da “violência contra a mulher”, diferentes concepções são utilizadas: violência contra a mulher, violência doméstica, violência intrafamiliar, violência de gênero e outras.

Em vista, que a violência doméstica, por sua vez, é definida por Teles e Melo (2002, p. 19), como “[...] a que ocorre dentro de casa, nas relações entre pessoas da família, entre homens

e mulheres, pais/mães e filhos, entre jovens e pessoas idosas”. Este conceito delimita o espaço da ocorrência para dentro de casa (espaço doméstico), deixando aberto o campo de quem seja o agressor, principalmente na violência contra crianças e adolescentes.

Entende-se, que a violência de gênero deve ser compreendida como uma relação de poder, caracterizada pela dominação do homem e pela submissão da mulher. Esses padrões de comportamento foram incutidos ao longo de um processo sociocultural e civilizatório, através de uma educação diferenciada para homens e mulheres, induzindo e fortalecendo papéis e estereótipos. Assim, a violência de gênero é produzida e reproduzida nas relações de poder e,

quando a soberania masculina se sente ameaçada, a violência aparece como um mecanismo que tem o poder de manter a ordem estabelecida.

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86).

No Brasil, a utilização da categoria gênero, enquanto uma categoria analítica, é introduzida pelas estudiosas do feminismo, a partir da década de 1980. Partindo de questionamentos sobre as categorias patriarcado, divisão sexual do trabalho e relações entre os sexos, a discussão sobre relações de gênero tenta mostrar que as diferenças sexuais superam a “simples” definição biológica, pois agregam em si características socialmente construídas, podendo os papéis de homem e mulher variar conforme a cultura. Parte-se do pressuposto de que os estudos relacionados às mulheres devem necessariamente incluir os homens. Segundo Scott (1995), a discussão do conceito de gênero e a introdução do mesmo como categoria de análise aconteceu através das feministas norte-americanas, que tinham como objetivo refutar o determinismo biológico entre os sexos e fortalecer o caráter social das relações entre homens e mulheres. Com base na discussão proposta por Scott, gênero pode ser considerado como uma categoria de análise que tem sua “origem” nas relações sociais, interligada com outras categorias como classe, raça, etnia etc.

Esta definição implica compreender gênero como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças perceptíveis entre os sexos e como uma forma básica de identificar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis. Para Scott (1995), trabalhar com o conceito de gênero nos remete a superar as análises dicotômicas, ou seja, a polarização entre o que seja feminino e masculino. A autora destaca que comumente pensamos o homem e a mulher como dois sujeitos em pólos

opostos. Superar essa dicotomia é visualizar homem e mulher como componentes de uma mesma relação e não como opostos entre si. Homens e mulheres estabelecendo constantes relações, que segundo Foucault (1990), se estruturam em forma de rede. Para este autor, as discussões sobre as relações de poder têm agregado novos elementos para a perspectiva de gênero. Para Foucault (1990, p.183), o poder

[...] não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede.

Esta concepção de poder vem ao encontro da discussão sobre relações de gênero, mais precisamente no âmbito de instituições como a família, oferecendo argumentos que poderão auxiliar na compreensão da violência contra a mulher, buscando superar uma visão essencialmente vitimista da mulher. Utilizando o conceito de poder em Foucault (1990), a mulher é sujeita na relação, ou seja, ela também utiliza estratégias de poder e de negociações nas relações violentas entre o casal.

Por fim, Simplificar a relação homem e mulher em agressor e vítima ou eleger um fator como causador da violência contra a mulher reduz a discussão e compreensão da problemática da violência, pois esta ocorre sempre numa relação, ou de dominação do homem e extrema submissão da mulher, ou onde ambos são atores e sujeitos do conflito. Portanto, analisar a violência contra a mulher, superando a leitura oposicionista entre os pólos homem e mulher, ter claro que a relação conjugal é formada por duas pessoas e ambas exercem influência nessa relação, repensar nossa tendência de julgamento, que é considerar o homem sempre como o único responsável pela violência e a mulher apenas como vítima, assim como perceber que a violência é construída social e historicamente pode auxiliar na compreensão do problema e na busca de alternativas para a intervenção profissional, Lisboa e Pinheiro, 2005.

Entende-se, que ao realizar o projeto com os jovens nas escolas podemos fazer com que eles compreendam a questão da desigualdade de gênero a qual estão inseridos nesta sociedade patriarcal, que ainda reproduz antigos costumes advindos das famílias nucleares burguesas. Desta forma, esperamos impactá-los com o projeto preventivo “Maria vai à escola”, para que essa nova geração possa desconstruir tabus criados por anos em nossa sociedade e assim diminuir os indices de feminicídio e violência contra a mulher.

REFERÊNCIAS

O SERVIÇO SOCIAL E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. GUERREIRO, E. P.A* SOBRINHO, R. R.B RODRIGUES, T. C.C OLIVEIRA, T. V. S.D;

SILVA, Marlise Vinagre. Violência Contra a Mulher: QUEM METE A COLHER? São Paulo: Cortez: 1992;

Revista CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Revista/RevistaCreas.pdf. Acesso: 10/06/2018;

BRASIL, Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Brasília, 2006;

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise. Educação e Realidade, Porto Alegre, FAE: UFRGS, v. 20, n. 2, p. 71-100, jul. dez. 1995;

LISBOA e PINHEIRO, A intervenção do serviço Social junto à Questão da violência contra a mulher, 2005.

FOUCAULT, M. História da sexualidade 1. A vontade de saber. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, v. 1, 1990. 3v.

BRASIL. Ministério da Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviços. Cadernos de Atenção Básica, n.º 8, Brasília/DF, 2002.

NOTAS

1. Agradeço a oportunidade de poder estagiar no 1º Juizado Maria da Penha ao qual tive acesso ao projeto “Maria vai à escola” ao qual me entreguei profundamente, a fim de conscientizar as crianças sobre a desigualdade de gênero.
2. Agradeço a orientação e apoio constante da minha supervisora de campo Celi Cristina Nunes Cavalcante e Deniglesia Cates que me instruíram e me incentivaram a ser uma grande profissional.
3. Agradeço aos meus professores da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso. Por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado.